

COOPERATIVISMO DE BASE SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA NO BRASIL

Sônia Maria Zanezi Peres¹

Gleison Peralta Peres²

DOI: <https://doi.org/10.46550/am.v7i2.76>

Resumo: Este artigo analisa o potencial do cooperativismo de base solidária como estratégia de inclusão social e geração de renda para trabalhadores vulneráveis no Brasil. A partir da revisão bibliográfica, destacam-se as origens históricas da Economia Solidária, práticas de autogestão, cooperação e reciprocidade, além dos desafios enfrentados ao longo do tempo, incluindo a exploração e a banalização do próprio conceito. A pesquisa evidencia que as cooperativas promovem autonomia econômica, fortalecimento do capital social e desenvolvimento sustentável, especialmente em contextos de precarização do trabalho e desigualdade social. A teoria sociológica de Mannheim (1962) reforça a distinção entre associação e organização, destacando a importância do controle político dos membros e da formação de lideranças capazes de gerir e orientar as cooperativas de forma democrática. O fortalecimento dessas iniciativas depende de diversos fatores como a educação, participação e gestão democrática, bem como do apoio de políticas públicas que promovam inovação e inclusão. Conclui-se que o cooperativismo de base solidária representa uma ferramenta eficaz de transformação social, capaz de promover uma economia mais justa e sustentável, ao mesmo tempo em que contribui para a emancipação dos trabalhadores e comunidades vulneráveis no Brasil.

Palavras-chave: Cooperativismo de base solidária. Economia Solidária. Inclusão social. Autogestão. Desenvolvimento sustentável.

- 1 Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Gestora Escolar na Escola Estadual Cívico-Militar São Miguel em Pontal do Araguaia.
- 2 Pós-doutorado em andamento em História no Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Professor efetivo na Educação Básica do Estado de Mato Grosso no componente curricular de História desde 2011.



Abstract: This article analyzes the potential of solidarity-based cooperativism as a strategy for promoting social inclusion and generating income for vulnerable workers in Brazil. Based on a literature review, it highlights the historical origins of the Solidarity Economy, practices of self-management, cooperation, and reciprocity, as well as the challenges faced over time, including the exploitation and trivialization of the concept itself. The research demonstrates that cooperatives foster economic autonomy, strengthen social capital, and promote sustainable development, particularly in contexts characterized by precarious employment and social inequality. Mannheim's (1962) sociological theory reinforces the distinction between association and organization, emphasizing the importance of members' political control and the development of leaders capable of managing and guiding cooperatives democratically. Strengthening these initiatives depends on several factors, including education, participation, and democratic management, as well as support from public policies that promote innovation and inclusion. It is concluded that solidarity-based cooperativism represents an effective instrument for social transformation, capable of fostering a fairer and more sustainable economy while contributing to the emancipation of vulnerable workers and communities in Brazil.

Keywords: Solidarity-based cooperativism. Solidarity Economy. Social inclusion. Self-management. Sustainable development.

Introdução

A crescente precarização e exclusão do mercado de trabalho formal no Brasil, agravadas por avanços tecnológicos e pelas políticas neoliberais, têm impulsionado trabalhadores e trabalhadoras a buscarem alternativas de geração de renda e garantia de condições mínimas de sobrevivência. Nesse cenário, organizações baseadas na Economia Solidária, como cooperativas, associações e redes de troca, emergem como estratégias que promovem a autogestão, a cooperação e a inclusão social, especialmente para os segmentos mais vulneráveis, como trabalhadores informais, desempregados e pessoas em situação de pobreza.

Este estudo tem como objetivo principal analisar o potencial do cooperativismo de base solidária como uma alternativa viável de organização e geração de renda para esses trabalhadores em contexto de

vulnerabilidade. Para tanto, adotou-se uma metodologia de pesquisa bibliográfica, centrada na análise bibliográfica e documental que tratam das experiências, princípios e desafios das cooperativas de economia solidária no Brasil. Essa abordagem possibilita uma compreensão aprofundada das estratégias, benefícios e obstáculos enfrentados por essas iniciativas.

As principais referências deste trabalho incluem autores como Singer (2002), que discute a origem e as perspectivas da Economia Solidária; Gaiger (2000), que destaca as práticas de autogestão e reciprocidade; Fernandes (1995), Schneider (2010) e Frantz (2001), que abordam a história e o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil; além de Mannheim (1962), cuja teoria sociológica auxilia na compreensão das relações entre associação e organização cooperativa. Essas referências fundamentam a análise do papel do cooperativismo na inclusão social e na promoção do desenvolvimento econômico sustentável.

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para o entendimento do cooperativismo de base solidária como uma estratégia de fortalecimento dos trabalhadores vulneráveis, promovendo a inclusão social, a autonomia econômica e a sustentabilidade. Os objetivos específicos são: (a) investigar as estratégias e ações promovidas pela economia solidária no enfrentamento da exclusão social e econômica; (b) identificar as principais características, desafios e benefícios do cooperativismo de base solidária; e (c) avaliar o impacto dessas iniciativas na geração de emprego, renda e melhoria das condições de vida dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

A questão central que orienta este estudo é: de que modo o cooperativismo de base solidária pode contribuir para a inclusão social e econômica de trabalhadores vulneráveis no Brasil? A relevância social desta pesquisa reside na possibilidade de oferecer subsídios para o fortalecimento de políticas públicas e práticas colaborativas que promovam a justiça social, a autonomia dos trabalhadores e o desenvolvimento sustentável, especialmente em um contexto de crescente desigualdade e precarização do trabalho. Assim, compreender as potencialidades do cooperativismo solidário representa uma contribuição relevante para a construção de alternativas econômicas mais justas e democráticas, capazes de promover a transformação social e a melhoria das condições de vida dos segmentos mais excluídos da sociedade.

Economia solidária: história e desafios

Buscaremos a partir da base teórica conceitual relacionada a economia solidária, abordar sobre os movimentos e perspectivas teóricas que contribuem para nosso entendimento relacionado a temática proposta.

De acordo com Singer (2002), a Economia Solidária surgiu na Inglaterra logo após o desenvolvimento do capitalismo industrial, como uma resposta ao aumento da pobreza e à exploração dos artesãos, consequências da expansão das máquinas e da estrutura de produção fabril.

A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade pudesse se elevar (Singer, 2002, p. 24).

Embora possua uma forte influência de ordem ideológica, as raízes históricas da Economia Solidária não podem ser atribuídas a um único pensador, mas sim aos trabalhadores que lutaram contra o sistema capitalista. Assim, pode-se entender que “a economia solidária emerge como uma alternativa de produção e distribuição ao capitalismo, sendo constantemente criada e recriada pelos aqueles que se encontram (ou temem estar) à margem do mercado de trabalho” (Singer, 2000, p. 123).

De acordo com Gaiger (2000), a Economia Solidária caracteriza-se pelas práticas de autogestão e cooperação presentes nos empreendimentos autogestionados, que modificam o conceito e o propósito de extração do trabalho excedente comum às empresas privadas tradicionais. Essas práticas promovem uma união entre posse e uso dos meios de produção, criando uma lógica diferente da convencional que estamos acostumados.

Sendo assim, para Gaiger (2000), as principais características da Economia Solidária incluem a centralidade da reciprocidade em suas ações econômicas, onde indivíduos se associam de forma voluntária com o objetivo de atender a necessidades sociais e culturais; a disposição coletiva para empreender, sem a busca por retorno financeiro individual; a origem e os participantes dessas iniciativas, compostos por trabalhadores excluídos do mercado formal que assumem empresas em dificuldades; a organização dessas experiências, que ocorre dentro de uma dinâmica cidadã e favorece a criação de espaços públicos de convivência próxima; e o financiamento,

obtido por meio de uma combinação de recursos do mercado e de fontes alternativas, incluindo recursos não monetários.

Nos empreendimentos de Economia Solidária, a propriedade social dos meios de produção é uma premissa fundamental, sendo proibida a apropriação individual e/ou a alienação particular desses meios. Além disso, o controle e a tomada de decisão são exercidos de maneira paritária pelos trabalhadores, com a gestão conduzida por eles, que organizam o processo produtivo, definem estratégias econômicas e decidem sobre a destinação do excedente gerado.

Cooperativismo e economia solidária brasileira

Segundo Fernandes (1995), Schneider (2010) e Frantz (2001), a origem do cooperativismo no Brasil pode ser datada de aproximadamente ao ano de 1600, momento em que ocorreram as primeiras reduções jesuíticas, e se remontam ao período colonial, com registros de ações promovidas pelos jesuítas no século XVII, os quais incentivaram o trabalho coletivo junto aos povos indígenas.

Embora inicialmente motivada pela intenção de converter os indígenas ao cristianismo eurocentrado, essa experiência também refletia uma forma de organização comunitária baseada em cooperação. Já no século XIX, por volta do ano de 1847, destaca-se a fundação da colônia Tereza Cristina, no Paraná, liderada pelo médico francês Jean Faivre, influenciado pelas ideias de Charles Fourier, marcando um momento importante na formação do movimento cooperativista no país.

Ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, diversas iniciativas cooperativas floresceram, especialmente nas áreas de consumo, agricultura, crédito, trabalho e saúde. Essas experiências contribuíram para o fortalecimento de uma cultura cooperativista, embora muitas vezes enfrentassem obstáculos e desafios internos e externos.

Cabe destacar que Parnell (2012), define que as cooperativas caracterizam-se por: a) serem centradas nas pessoas, ao contrário das sociedades comerciais que controladas pelos investidores, centrando-se, por isso, no capital; b) terem sempre um propósito econômico e funcionarem como empresas que operam no mercado, ainda que operando de acordo com os preceitos econômicos da cooperação, o que significa que as cooperativas procuram a otimização de recursos, em vez da maximização de benefícios (como acontece com as sociedades comerciais); c) funcionarem sob posse e

controle dos seus membros; d) assentarem nos valores de autoajuda e ajuda mútua; e) existirem principalmente para benefício dos seus membros; f) reinvestirem os seus benefícios na organização, afetando-os a reservas; g) basearem-se na genuína cooperação; h) e, por último, assentaram na regra da distribuição desinteressada.

Já nos anos de 1960 a 1990, o cenário do cooperativismo brasileiro foi marcado por dificuldades, decorrentes de ações de empresas capitalistas que utilizavam o sistema cooperativo para fraudar princípios trabalhistas e legais. Mudanças na legislação, como a Lei 5.764 de 1971, provocaram uma redução significativa no número de cooperativas ativas, especialmente as agrícolas, e estimularam fusões e orientações empresariais que abriram espaço para a integração vertical, muitas vezes em detrimento do espírito cooperativo original.

Cabe destacar que o Cooperativismo Solidário é pautado pela concepção de que os empreendimentos solidários manifestam outro modo de produção, ou uma outra economia (Cattani, 2003), cabe ainda mencionar que essas organizações funcionam na base da solidariedade, autogestão e cooperação e se fortalecem a partir da busca pela igualdade social, na autonomia institucional e na gestão democrática, com participação e igualdade social (Brasil, 2015).

Nesse contexto, o cooperativismo passou a ser visto por alguns como uma ferramenta de complementação à economia de mercado, muitas vezes sendo explorado por grandes empresas que utilizavam a estrutura cooperativa para evitar direitos trabalhistas e sonegar impostos, distorcendo seus princípios fundamentais (Nascimento, 2000).

Segundo Nascimento (2000), esse período foi marcado por uma banalização do conceito de cooperação, levando ao surgimento de entidades fraudulentas, conhecidas como “coopergatos”, além de uma crescente apatia do empresariado em relação às cooperativas, o que resultou em altos índices de reclamações trabalhistas e na deterioração da imagem do movimento. Como consequência, o cooperativismo de base solidária ficou inativo por algum tempo.

Foi então que a partir da década de 1990, no entanto, esse cenário começou a se transformar. O aumento do desemprego e a intensificação da precarização das condições de trabalho acentuaram a exclusão social, impulsionando uma retomada do movimento cooperativista solidário. Nesse período, surgiram e fortalecendo-se diversos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Agência

de Desenvolvimento Solidário (ADS), a Rede Universitária de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho (Unitrabalho), a Cáritas do Brasil, vinculada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag). No âmbito acadêmico, destacam-se as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) (Nascimento, 2000).

Um aspecto fundamental dessa retomada foi a crescente autonomia das iniciativas de economia solidária, que passaram a ser estruturadas em maior parte pela sociedade civil, sem necessariamente depender do apoio estatal. Essa nova fase do cooperativismo no Brasil evidencia uma busca por práticas mais justas e participativas, voltadas para o fortalecimento de comunidades e para a promoção de uma economia mais inclusiva. Segundo Singer (2002, p. 112), elas

[...] multiplicaram-se as organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos de libertação cuja atuação visa preservar o meio ambiente natural, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados e a promoção de comunidades que por sua própria iniciativa e empenho melhoram suas condições de vida, renovam suas tradições culturais, etc.

Portanto a economia solidária é composta por iniciativas que têm como princípio central a solidariedade, promovendo a distribuição equitativa dos custos e benefícios de seus investimentos. Esses empreendimentos são autogeridos, uma vez que seus próprios trabalhadores assumem a gestão e administração das atividades.

Fundamentados na Economia Solidária, esses empreendimentos representam uma estratégia eficaz para combater a exclusão social, oferecendo alternativas viáveis para geração de empregos e renda, bem como para atender de forma direta às necessidades da comunidade. Eles demonstram que é possível organizar a produção e a reprodução social de modo a reduzir as desigualdades materiais, promovendo valores de solidariedade e cooperação.

A atuação desses empreendimentos solidários ocorre principalmente em nível local, contribuindo para o fortalecimento de vínculos comunitários e a criação de novas formas de solidariedade nas regiões onde estão inseridos. Para promover o desenvolvimento local de forma integrada e sustentável, é essencial contar com elementos como o capital social da comunidade, instituições democráticas sólidas, vínculos de cooperação e confiança entre os atores locais, além de processos contínuos de inovação interna e estratégias produtivas adaptadas às condições específicas de cada

território. O crescimento baseado nos recursos e potencialidades internas deve fortalecer a economia e a sociedade local (Singer, 2002).

A economia solidária, em grande medida, compartilha instrumentos do desenvolvimento local, mas se diferencia ao incorporar também o conceito de desenvolvimento solidário. Essa abordagem valoriza princípios como autogestão, confiança mútua, cooperação, democracia, auto sustentabilidade, desenvolvimento humano, responsabilidade social e controle social. Além disso, a economia solidária promove a inclusão social e contribui para o desenvolvimento sustentável, buscando melhorar a qualidade de vida ao equilibrar crescimento econômico, conservação dos recursos naturais e justiça social, tanto no curto quanto no longo prazo.

Portanto, o sucesso do desenvolvimento local e da economia solidária depende de ações que sejam impulsionadas por fatores internos às próprias organizações, fortalecendo o capital social e promovendo a integração e mobilização dos produtores por meio de redes com vinculação técnica e de produção, comercialização, informação e capacitação. Outros atores locais, regionais e estaduais também desempenham papel importante nesse processo. Nesse contexto, as políticas públicas podem apoiar ao identificar necessidades e demandas, além de alocar recursos que criem as condições iniciais necessárias para a autossustentabilidade desses empreendimentos.

Cooperativismo na economia de mercado

Ao buscar compreender a distinção entre associação e organização, apoiamo-nos na teoria sociológica de Karl Mannheim (1962), pois suas percepções possibilitam uma reflexão sobre a dupla “natureza” de uma cooperativa: por um lado, a associação cooperativa, composta pelos indivíduos com seus desejos, interesses, sentimentos, paixões e vontades; por outro, a organização empresarial, que envolve a estrutura, a estratégia e os mecanismos que viabilizam a realização dos objetivos comuns. Essas categorias fornecem um quadro teórico que auxilia na compreensão do funcionamento interno de uma cooperativa, oferecendo insights sobre a prática de cooperação.

Na associação, estão os membros com suas motivações pessoais, que participam ativamente na definição de metas, mantendo-se presentes em diversos aspectos de suas vidas. Essa esfera exige uma comunicação constante, orientada por escolhas racionais e pelo diálogo. Já na organização, reside a instrumentalização, a estrutura formal, as regras e os contratos

que regulam as ações e a cooperação entre os membros. Assim, enquanto a associação representa os acordos e debates, a organização refere-se às normas e aos processos institucionais que garantem a operacionalização dessas decisões. Essa distinção implica em diferentes configurações de poder e processos educativos, que moldam as dinâmicas internas de uma cooperativa.

Os indivíduos agem de maneira racional ao estabelecerem suas relações de identificação e associação, processos que resultam na formação de estruturas organizacionais voltadas a atender seus interesses e metas. Através da comunicação no âmbito dessas associações, eles criam e estruturam instrumentos que facilitam ações colaborativas, promovendo processos educativos e relações de poder. Dessa forma, pode-se entender que as organizações cooperativas se formam a partir de dois componentes principais: o aspecto associativo, que envolve a vontade política, e o aspecto instrumental, que representa o exercício do poder por meio de ações concretas. Na esfera da associação, reside a vontade de participação política, enquanto na esfera da cooperativa, essa vontade se manifesta na capacidade de agir de forma instrumental, operacionalizando os objetivos definidos.

Segundo Mannheim (1962, p. 299), as associações são entidades organizadas intencionalmente com uma finalidade específica e racional, sendo que sua adesão ou desligamento é uma escolha livre, sem a necessidade de abranger todos os aspectos da vida de seus membros. No que tange às cooperativas, a definição vai além do mero aspecto associativo, incluindo a dimensão de uma organização com uma finalidade instrumental consciente. Associar-se de forma racional implica fazer uma decisão consciente e clara, alinhada a objetivos bem definidos, em conformidade com o princípio da liberdade de adesão, apoiando uma organização por motivos como redução de custos, obtenção de melhores preços, aumento de valor agregado, melhorias na qualidade e segurança, além de fortalecimento da competitividade e do poder no mercado.

Mannheim (1962), apoiado por diversas perspectivas sociológicas, distingue a racionalidade em dois sentidos: o substancial e o funcional. A racionalidade substancial refere-se ao ato de pensar e conhecer, caracterizando-se por uma “percepção inteligente das inter-relações dos acontecimentos de uma dada situação” (Mannheim, 1962, p. 63). Esse tipo de racionalidade pode ser interpretado como a base de uma vontade política que se concretiza na ação entre indivíduos, levando a escolhas fundamentadas na compreensão das conexões entre os eventos. Assim,

a racionalidade substancial é fundamental para entender a decisão de se associar cooperativamente, especialmente por aqueles que reconhecem as vantagens de colaborar, pois ela reflete uma postura política esclarecida, orientada por interesses e objetivos específicos.

Diante disso, o ato de se associar, sob essa perspectiva, é fundamentalmente racional, pois baseia-se na percepção consciente e inteligente, além do princípio da livre adesão. Os membros que optam por se unir estão cientes e esclarecidos acerca de suas motivações. Quando essa racionalidade não está presente, ou seja, quando a decisão de aderir à cooperação não resulta de uma compreensão clara e consciente o ato de associação perde sua natureza racional e, conseqüentemente, sua legitimidade enquanto decisão fundamentada.

Mannheim (1962) argumenta que o termo “racional” não se limita ao âmbito do pensamento ou do conhecimento na Sociologia. Ele também é utilizado no sentido funcional, referindo-se ao funcionamento de uma organização voltado à consecução de suas metas. Nesse contexto, “racional” descreve uma sequência de ações coordenadas de modo a atingir um objetivo estabelecido, atribuindo a cada elemento dessa sequência uma função específica dentro do conjunto (Mannheim, 1962, p. 63).

A associação, fundamentada no princípio da livre-adesão, deve estabelecer-se com bases democráticas, acolhendo uma diversidade de opiniões que possibilitem a participação política, condição vital para sua estabilidade. A solidez de uma organização cooperativa depende de uma orientação estatutária e de normas de conduta que são formuladas no processo dialógico da própria associação-cooperativa. Essa direção não exclui a existência de espaço para a democracia e para a pluralidade de opiniões.

Dois aspectos relevantes relacionados à associação-cooperativa merecem atenção, especialmente à luz do pensamento de Mannheim (1962). Primeiramente, há finalidades específicas e objetivas para a associação, ou seja, existe uma racionalidade funcional que orienta suas ações. Além disso, há espaço para o debate, incluindo a liberdade de adesão, que é um princípio fundamental do cooperativismo. Dessa forma, estão estabelecidas as condições necessárias para a participação política e econômica dos membros, que constituem a base da estabilidade do empreendimento cooperativo. A participação política, nesse contexto, deve ser uma ação coordenada e alinhada aos objetivos definidos, ou seja, deve ser funcionalmente racional.

Segundo Mannheim (1962), na associação o comportamento de seus membros é “racionalizado”, mas não necessariamente “racionalmente organizado”. Ou seja, a associação é moldada por objetivos claros, porém não se configura como uma organização formalizada. Mannheim (1962, p. 303) observa que os grupos associados são “formados por um espírito que conduz à regulamentação racional do comportamento”. No caso de uma associação-cooperativa que visa à instrumentalização cooperativa, esse espírito é o espírito cooperativo. Assim, o comportamento dos membros é direcionado pelos objetivos estabelecidos, embora não seja rigidamente regulamentado ou organizado em função deles. Existe uma força que impulsiona a organização racional da associação, direcionando-a à regulamentação de suas ações. Nesse sentido, a educação para a cooperação desempenha papel fundamental no desenvolvimento desse espírito cooperativo.

Para Mannheim (1962), se a regulamentação ultrapassar certos limites, de modo que o comportamento dos participantes seja cuidadosamente calculado e pré-determinado, de forma a permitir uma avaliação de sua eficiência por meios quantitativos, então a associação se transforma em uma organização propriamente dita. Ou seja, no contexto cooperativo, a associação-cooperativa passa a estruturar sua entidade operacional, seu poder de gestão e funcionamento. Nesse processo de organização, há uma regulamentação do comportamento dos membros, sempre em função dos objetivos traçados na associação.

Aplicando esse raciocínio às cooperativas, a participação política ocupa um espaço privilegiado na associação. Já a participação econômica na gestão da cooperativa é regulada e organizada racionalmente, em consonância com os objetivos traçados. O comportamento cooperativo dos associados na gestão da cooperativa deve ser orientado por normas, regras e contratos. Através da participação econômica, efetivamente, realiza-se a cooperação. Por sua vez, a participação política permite aos associados exercerem o controle e o poder de decisão sobre a condução da cooperativa.

Dessa forma, na estrutura cooperativa, a associação representa a expressão política do ato cooperativo, colocando seus objetivos e finalidades centrais acima da empresa, que funciona como o instrumento administrativo para sua realização. Em outras palavras, na associação cooperativa reside a vontade política e o controle da gestão, enquanto na empresa cooperativa encontram-se os mecanismos técnicos e operacionais que viabilizam a execução do ato cooperativo.

Nas empresas cooperativas, as funções e atribuições técnicas e administrativas são previamente estabelecidas politicamente no âmbito da associação. Os comportamentos dos associados, assim como suas relações dentro da cooperativa, são direcionados pelos objetivos e finalidades centrais da associação, sendo esses processos regulamentados por estatutos, regulamentos e normas, que são debatidos e aprovados na própria associação.

É relevante considerar a observação de Mannheim (1962) acerca do poder de decisão nas organizações. Segundo o autor (1962, p. 304), “aqueles que controlam a política [...] são os que dirigem a organização”. Os associados devem exercer o controle político nas cooperativas, assumindo a liderança e orientando as ações administrativas. É importante distinguir direção de administração: dirigir significa orientar, estabelecer o rumo e conferir sentido à organização, dando significado à gestão para quem desempenha funções técnico-burocráticas. Essas funções, de gerenciamento e administração, representam ações de gestão técnica. Já o conceito de direção carrega uma dimensão mais política, enquanto a administração possui uma abordagem mais técnica.

Assim, a estratégia deve estar alinhada à ação comunicativa, aplicando esse raciocínio ao contexto da organização cooperativa, ressaltar-se a importância da esfera da associação cooperativa. Para que a cooperativa seja realmente expressão dos interesses e objetivos de seus associados, é fundamental estabelecer mecanismos de controle político por meio de uma estrutura de poder que possibilite a participação, a racionalidade e a transparência na gestão. Essa perspectiva reforça a relevância de um processo educativo e de qualificação contínua dos integrantes da cooperativa.

Considerando a natureza da organização cooperativa que envolve tanto a associação quanto a empresa, a formação e qualificação de seus membros se configuram como elementos essenciais para a consolidação de seu poder, controle político e gestão eficiente. Mannheim (1962), ao tratar das ações políticas e administrativas em grupos organizados, enfatiza a necessidade de preparar diferentes tipos de indivíduos: um capaz de liderar, com iniciativa política ampla, e outro apto a executar essa política com eficiência comprovada. Segundo Mannheim (1962, p. 304), é preciso “preparar dois tipos de homem: um, capaz de liderar a política, dotado de iniciativa no sentido mais amplo; o outro, capaz de implementá-la com eficácia indiscutível”.

Considerações finais

O presente estudo reforça a importância da Economia Solidária e do cooperativismo de base solidária como alternativas viáveis e estratégicas para enfrentar os desafios impostos pela precarização e exclusão do mercado de trabalho no Brasil. A análise das experiências, princípios e obstáculos enfrentados por essas organizações evidencia seu potencial de promover inclusão social, autonomia econômica e desenvolvimento sustentável, especialmente entre os segmentos mais vulneráveis, como trabalhadores informais, desempregados e populações em situação de pobreza.

Destaca-se que o fortalecimento dessas iniciativas depende de fatores internos às próprias organizações, como a formação de capital social, a gestão democrática, a participação ativa dos membros e a qualificação contínua de seus cooperantes. Além disso, o papel das políticas públicas e do apoio institucional é fundamental para criar condições favoráveis, à inovação e à ampliação do alcance dessas experiências.

A reflexão sociológica de Mannheim (1962) contribuiu para compreender a dinâmica entre associação e organização cooperativa, evidenciando a necessidade de equilibrar a vontade política dos membros com a estrutura formal, promovendo processos participativos, transparência e controle social. A formação de lideranças capazes de conduzir tanto a esfera política quanto a administrativa emerge como elemento essencial para garantir a legitimidade, a eficiência e a continuidade do movimento cooperativo.

Por fim, conclui-se que o cooperativismo de base solidária não deve ser visto apenas como uma estratégia de sobrevivência individual, mas como um instrumento de transformação social, capaz de promover uma economia mais justa, democrática e sustentável. Para tanto, é imprescindível fortalecer a cultura cooperativista, ampliar o protagonismo dos trabalhadores e comunidades e estimular a formulação de políticas públicas alinhadas aos princípios da solidariedade, autogestão e inclusão social. Assim, o caminho para um desenvolvimento mais equitativo passa pelo reconhecimento e valorização do potencial colaborativo dessas organizações como instrumentos de emancipação e transformação social no Brasil.

Referências

BRASIL, Projeto de Lei 519 de 27 de fevereiro de 2015. **Define a Política Nacional das sociedades cooperativas e da política nacional de cooperativismo**. In: Senado Federal, Brasília, DF, 27 de Fev.

2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=953932>. Acesso em: 06 jun. 2026.

CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Editora Veraz, 2003.

FERNANDES, F. **Tensões na educação**. Salvador: Sarah Letras, 1995.

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias** n. 6. Porto Alegre. jul/dez 2001.

GAIGER, Luiz I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Orgs.) **A Economia solidária na Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto. 2000. p. 267 – 286.

MANNHEIM, Karl. **O homem e a sociedade**. Estudos sobre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

NASCIMENTO, Fernando R. **Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa**. Rio de janeiro: Forense, 2000.

SINGER, Paul. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Orgs.) **A Economia solidária na Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. Contexto, São Paulo, 2000. p.123 – 134.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo. Perseu Abramo. 2002.

SCHNEIDER, J. O. **Educação e capacitação cooperativa: os desafios no seu desempenho**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.